



HEMEROTECA  
MUNICIPAL  
DE LISBOA

**O LIVRE EXAME**<sup>1</sup> – Foi o periódico do Centro de Lisboa da Associação Propagadora do Livre Pensamento, fundada em Lisboa, no dia 2 de Julho de 1885, por iniciativa de uma assembleia reunida para esse fim. Os estatutos desta associação que se definia como «anti-clerical», bem como os do seu primeiro «centro local», em Lisboa, encontram-se publicados no «numero-prospecto». O programa de ação da Associação (Art.º 2.º) é muito claro quanto aos objetivos que pretendia alcançar: «1.º A abolição do orçamento dos cultos, ou separação da Igreja pela não intervenção do Estado; 2.º Registo civil obrigatório para os nascimentos, casamentos e óbitos. - Secularização dos cemitérios; 3.º Supressão dos juramentos políticos e jurídicos; 4.º Instrução secular; 5.º Abolição das actuaes parochias e sua substituição por secções municipaes; 6.º Proibição de todas as manifestações religiosas no espaço público.» Em síntese: lutar pela defesa da secularização do Estado e da vida pública e pela laicização da sociedade.

O *Livre Exame* publicou-se, a um ritmo mensal, entre Setembro de 1885 e Março de 1886, somando 7 números, além do referido número-propeto que apresentou a Associação recém-fundada e anunciou a saída do primeiro número para o dia 15 de Setembro. A figura do diretor ou editor foram-lhe estranhos, pelo que é plausível supor que a direção fosse assumida por elementos da «junta executiva do Centro» (Art.º 5.º).

A redação e administração estiveram sedeadas provisoriamente na Rua das Canastras, 22-1.º e em Dezembro (n.º 4) fizeram aviso de mudança para a rua da Madalena, n.º 119-1.º. A impressão d' *O Livre Exame* foi assegurada por três empresas, todas de Lisboa, sublinhando-se o facto de as duas primeiras pertencerem a organizações do operariado: Typographia do Protesto Operário (N.ºs 0-1); Atheneu Operário: Cooperativa de Produção Typographica (N.ºs 2-5); e, por último, a Typographia Luso-Brasileira (N.ºs 6-7). Aparentemente, a venda era feita por assinatura, de pagamento adiantado, nas modalidades: trimestral (120 réis), semestral (240) e anual (480).

Para contextualizar minimamente o livre pensamento, entendido como expressão atualizada do anticlericalismo liberal (CATROGA), refira-se que as suas primeiras manifestações em Portugal ocorreram tardiamente (no ultimo quartel dos anos 70), assumindo desde logo um pendor para o radicalismo, no sentido impetuoso e vanguardista. O que não causa surpresa tendo em conta que foram caldeadas numa conjuntura europeia revolucionada por uma série de acontecimentos de grande impacto político e social, como: a revolução em Espanha (1868) e a instauração da Republica (1873); o fim do II Império e a proclamação da III República em França (1870); a

<sup>1</sup> Disponível na Hemeroteca Digital, em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/olivreexame/olivreexame.htm>

Comuna de Paris (1871) e a posterior vitória dos republicanos (1877); a *questão italiana*, com anexação do Estado Pontifício (1870) e as deliberações do Concílio de Vaticano I. Paralelamente, em Portugal, assistia-se à emergência de novas formações políticas: o Partido Socialista Português, fundado em 1875; a fundação do Centro Republicano Democrático, em Lisboa, em 1876, que consubstanciou a primeira tentativa de união de todos os núcleos republicanos do país; e a organização de vários grupos libertários e anarquistas, com forte implantação junto do operariado. E é inegável que foi das fileiras destes “proto partidos” e organizações que saíram os dinamizadores do movimento do livre pensamento português, particularmente do núcleo republicano “federalista” que se distinguiu das outras fações republicanas, também, pelo seu empenhamento na luta pela laicização da sociedade.

Foi o que se verificou na Associação Promotora do Registo Civil, em cuja fundação, em 18 de novembro de 1876, estiveram envolvidos «os positivistas e líderes do federalismo republicano lisboeta Teófilo Braga, Teixeira Bastos, Carrilho Videira e Eduardo Maia».<sup>2</sup>

A associação tinha por objetivo programático reivindicar a regulamentação das liberdades reconhecidas no Código Civil (1867), de molde a garantir o registo civil do nascimento, do casamento e da morte. O que não era questão menor, pelo contrário, era fundamental para a consciencialização do próprio conceito de Estado, cuja existência, para ser percecionada pelo «cidadão», tinha de ter uma tradução concreta, prática e de preferência útil e benéfica. Tratava-se, portanto, de concluir uma reforma que os liberais tinham iniciado dez anos antes, mas que não concluíram possivelmente, porque a vontade não era muita, como parece confirmar o facto de o governo (regenerador), em 1881, ter ordenado a dissolução da Associação Promotora do Registo Civil.

De qualquer maneira, a mobilização e a pressão que a Associação conseguiu organizar foi eficaz, pois o governo acabou por apresentar, em Abril de 1878, um projeto de regulamentação do registo civil, aprovado a 28 de Novembro.<sup>3</sup>

Na prática, foi uma vitória píflia, pois ficou aquém do que se pretendia ver instituído. De facto, ficou aberto o caminho para os não-católicos registarem civilmente os nascimentos, os casamentos e os óbitos. Mas o registo paroquial foi mantido com a alegação de que a estrutura administrativa ainda não estava preparada para assumir plenamente essa função e a resolução desse problema ultrapassava as competências do governo: «*Quando o poder legislativo destinar por leis complementares, em novas ou mesmo nas actuaes circumscripções administrativas ou judiciaes magistrados competentes e devidamente retribuídos, quando um systema complexo e harmonico attender a todos os defeitos e remover todas as dificuldades que o poder executivo não póde por*

---

<sup>2</sup> Cf. Fernando Catroga, «O Livre-Pensamento Contra a Igreja», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, 2001, p. 286.

<sup>3</sup> Disponível em Legislação Régia, sítio da Assembleia da República, em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/52/83/p408> [Consult.16/09/2016].

agora superar, será chegada a ocasião de decretar um registo civil absolutamente separado do ecclesiástico.»<sup>4</sup> Portanto, no imediato «fica o registo civil para os não catholicos desde já estabelecido nas administrações dos conselhos, e continua para os catholicos a ser escripturado pelos parochos».<sup>5</sup>

Embora reconhecesse que se tratava de uma solução transitória, o autor da proposta, Thomaz António Ribeiro Ferreira, secretário d'estado dos negócios ecclesiásticos e de justiça, fez questão de sublinhar que a dita, além de ajustada à realidade do país, refletia um princípio de justiça: «Os não catholicos, Senhor, são poucos e residem quasi todos nas grandes cidades; é-lhes fácil o acesso ao concelho; a grande maioria, a quase totalidade nos concelhos ruraes é de catholicos: fóra demasiadamente duro obrigar-os a tão penosas jornadas.» Antecipando-se às críticas que o regulamento ia, certamente, suscitar pelo facto não dar cumprimento integral ao Código, acrescentou: «O registo não é nem deixa de ser civil, segundo a classe do funcionário a quem se confia, mas segundo os efeitos que produz. O paracho, sem deixar de ser pastor espiritual do seu rebanho, já é de longa data, para muitos actos civis, considerado nas leis, funcionário administrativo; como tal é chamado aos actos eleitoraes; n'essa mesma qualidade é obrigado a assignar o auto a que se refere o artigo 178.º § 2.º do novíssimo código administrativo; como tal era presidente nato da junta de parochia, corporação puramente administrativa; ainda como tal o chama a lei a todas as operações de recrutamento, e pelo seu registo se fazem os recenseamentos.»<sup>6</sup>

Os trechos do decreto-lei aqui reproduzidos deixam a descoberto a “confusão” que existia entre o Estado e a Igreja e as razões do empenhamento dos “federalistas” e de muitos outros democratas na secularização institucional e na laicização das consciências.

Aproveitando o ambiente de entusiasmo gerado pelas comemorações camonianas (1880) e pombalinas (1882), em Julho de 1882, numa sala do Clube Republicano Passos Manuel, em Lisboa, um grupo liderado, basicamente, pelos mesmos positivistas e republicanos federalistas<sup>7</sup>, criou a Associação dos Livre Pensadores. Os seus estatutos foram redigidos por Teixeira Bastos que, mais tarde, reencontraremos envolvido na Associação Propagadora do Livre Pensamento e no seu periódico o *Livre Exame*.

Tanto quanto foi possível extrair das obras consultadas, o programa de ação da Associação dos Livre Pensadores aprofundou o da Associação anterior, ampliando o seu caderno de reivindicações. Os «Livre Pensadores» propunham-se contestar a existência de uma religião oficial

---

<sup>4</sup> Cf. Exposição apensa ao referido decreto-lei, de 28/11/1878, p. 396.

<sup>5</sup> *Idem*.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> Juntou, entre outros, Teófilo Braga, Teixeira Bastos, Xavier da Silva, Alfredo Moreira, Carrilho Videira, Germano Quintão, Reis Dâmaso, Sebastião de Magalhães Lima, Rosa Limpo, Eduardo de Almeida, Luís de Oliveira Miranda Viana. Cf. Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 290.

- que punha em causa o direito à liberdade de consciência, além de fundamentar a criminalização da opinião religiosa; fomentar a prática do registo civil e a secularização dos enterros; e combater os agentes da igreja e a influência do catolicismo, etc. (Cf. CATROGA). Tal como aconteceu com a experiência anterior, a adesão da opinião pública não foi muita, o mesmo não se podendo dizer das dificuldades e obstáculos que a Associação enfrentou, pois pelo final do ano (1882) já não há notícia de que estivesse ativa.

Quando o caminho não existe é preciso abri-lo. Nestes casos a determinação e a resiliência são fundamentais, e os livre pensadores pareciam estar cientes disso, pois não desistiram de dar prosseguimento à doutrinação organizada. Em 1883, desenvolveram-se esforços para criar um *Círculo de Estudos Livres* (Cf. CATROGA) – mas foi outra iniciativa que se gorou. Em Julho de 1885, foi então fundada a Associação Propagadora do Livre Pensamento.

No que se refere às afinidades ideológicas e políticas dos seus membros, a Associação Propagadora do Livre Pensamento revela uma composição mais eclética do que as anteriores, pois juntou alguns dos positivistas e republicanos federalistas que já conhecemos com figuras vinculadas ao Partido Socialista Português. Sublinhando o peso dessa presença socialista, Fernando Catroga, com base numa notícia publicada no jornal *Voz do Operário*, refere que «da Junta Consultiva que deliberou criar a Associação Propagadora do Livre Pensamento, faziam parte, entre outros, Azedo Gneco, A. J. Guedes Quinhones<sup>8</sup>, Cruz Quadros, Fernandes Silva, Agostinho Ramos e Corregedor da Fonseca.»<sup>9</sup> Alguns deles marcaram presença no *Livre Exame*, como se verá adiante.

A nossa investigação permitiu-nos identificar mais alguns membros da Associação, como sejam: Júlio Maria Baptista que realizou uma conferência na sala do Clube Anselmo Xavier (Conf. «Miscelânia», in n.º 2); José Maria da Conceição Fernandes<sup>10</sup> que realizou uma conferência no Clube Republicano Federal (Conf. «Miscelânia», in n.º2); B. Rodrigues, o secretário da mesa da Assembleia Geral do Centro de Lisboa (Conf. «Miscelânia, in n.º 2); João Augusto da Cruz (Conf. «Miscelânea», in n.º 3); João Manuel Alcantara (Conf. «Miscelania», in n.º 5); dr. João Alves Veiga

---

<sup>8</sup> José Augusto Guedes Quinhones (1861-1911) - Fundador da Associação dos Carpinteiros Civis, militante do Partido Socialista, ativista do anticlericalismo e do livre pensamento, colaborou com a Associação Promotora do Registo Civil e defendeu uma tese no Congresso Anticlerical de 1900; foi autor de vários folhetos antijesuítas e anticlericais; dirigiu os periódicos *A Garlopa* (1886), *O Revoltado* (1887), *A Obra* (1891) e colaborou na imprensa operária. Suicidou-se a 14 de Março de 1911. Cf. António Ventura - *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*.

<sup>9</sup> Cf. Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 294.

<sup>10</sup> José Maria da Conceição Fernandes (1851-1907) - Torneiro de profissão, ativista do movimento operário, próximo de Azedo Gneco, foi militante do Centro Promotor da Fraternidade Operária, da Federação de Lisboa da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e, depois da crise de 1873, na Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa (ATRP); fez parte da comissão iniciadora da fundação do Partido Socialista; foi eleito para o conselho central no congresso de 1879, onde foi abandonada a tese da não participação na disputa eleitoral e se verificou a fusão com a A.T.R.P que deu lugar ao Partido Operário Socialista Português; fez parte da comissão que redigiu os novos estatutos do partido; foi fundador do Grémio Operário de Alfama.

(Conf. «Registos Civis», in n.º 7); João Lourenço Ramos (Conf. «Registos Civis», in n.º 7); Joaquim Manuel Pereira (Conf. «Registos Civis», in n.º 7); José Pedro de Sousa (Conf. «Registos Civis», in n.º 7).

## PROGRAMA E COLABORADORES

Em «A nossa missão», artigo coletivo da redação do *Livre Exame*, foram explanados os objetivos e as motivações que sustentavam a sua intervenção. Trata-se de um artigo redigido num tom assertivo, próximo do manifesto político:

*«Nem deuses, nem sacerdotes. – Toda a idéa divina é um principio falso, todo o padre um apóstolo do erro. A classe clerical e os seus defensores, o céu e o inferno, são solidários na guerra que lhes movemos. Não vimos combater esta ou aquella seita, este ou aquelle grupo, este ou aquelle padre – vimol-os combater a todos, porque todos são agentes enervantes, mentirosos e reaccionários.»* O ataque à religião constitui uma das marcas diferenciadoras do livre pensamento em relação ao anticlericalismo liberal, já que este não punha em causa a ideia religiosa. De facto, a sua crítica tinha por alvo fundamentalmente o jesuíta e o padre (regular e secular). Sublinhe-se ainda que a rejeição da ideia divina atingia o próprio regime monárquico constitucional que reconhecia num «*principio falso*» a origem do poder do rei.

Não oferece dúvida que a solução da *questão religiosa* era, para eles, da máxima prioridade, pois estavam convictos de que: *«Em quanto existir o culto de uma divindade, enquanto o sobrenatural preocupar a maioria do povo, em enquanto houver uma classe directora das consciências e interessada na manutenção dos princípios errados, repudiando a ciência por ter na ignorância o melhor apoio, o progresso social terá de effectuar-se vagarosamente, d'uma forma hesitante, e a reacção contará poderosos meios de lucta e de triumpho.»*

Daí que estejamos convencidos de que as acusações que lançavam fossem especialmente apontadas aos republicanos “moderados”, também referenciados com o epíteto de “oportunistas”: *«Gritam que não é político combater de frente as ideias religiosas; que o padre tem larga influencia, decidida preponderância sobre a maioria; mas como para nós a política é a verdade, como pretendemos vencer as consciências e não escalar o poder traficando com a boa fé - pouco nos importa que n'este momento tenhamos contra nós o maior numero;»*

Afirmavam-se ateus e não poupavam nas ofensas aos que não assumiam as suas convicções: *«Há quem acredite que Deus existe? Pois bem. - Nós negamos a existência de Deus. Há ateos que temem apresentar-se publicamente, reputando impolítico o lutar contra os padres, por não quererem as influencias de campanario? Que fiquem com a sua cobarde especulação, que nós seguiremos avante, regeitando os votos dos sachristães e a influencia dos senhores curas. Há quem tenha medo do clero, quem ás escondidas lhes arremesse o dardo e lhes beije publicamente*

as mãos? - *Que fique com o seu jesuitismo-secular, que nós, sem temor, arrancaremos a máscara aos santos-varões e os mostraremos taes quaes são - hypocritas e especuladores.»*

Em defesa da justiça e do progresso social, comprometiam-se a «*luctar pela verdade, a luctar pela justiça; acabar com o monopólio da ciência pondo-a quanto possível ao alcance do povo, para que este comprehenda que só ele é crente; e que em nome de uma falsa tolerância lhe mentem abusando da sua ignorância, a fim de o trazerem submisso e o poderem explorar melhor.»*<sup>11</sup>

Considerando a ênfase que puseram na “questão social”, não só neste editorial da redação como em muitos outros artigos, somos levados a concluir que o «Livre Exame», periódico de divulgação doutrinária, com um acentuado pendor pedagógico, tinha como público preferencial o operariado “esclarecido” que militava entre as organizações de classe, de cariz sindical, e as estruturas partidárias em formação.

Considerando que o eixo orientador da sua linha editorial era determinado pelo programa da Associação – ou seja, pugnar pela secularização do Estado e da vida pública e a laicização da sociedade – os textos publicados procuravam convencer os leitores da razão desse propósito, desacreditando a doutrina e os dogmas da Igreja (Católica), através da autoridade da ciência, e denunciando a religião e os seus agentes propagadores como instrumentos de domínio social e político.

Quanto à estrutura, cada número, com uma média de 20 páginas, além da capa e contracapa, continha, em média, quatro artigos, de diferentes autorias. Muitos deles, pela sua extensão, obrigaram a uma publicação continuada, ou seja distribuída por vários números. O caso mais proeminente foi o texto da autoria de Teixeira Bastos<sup>12</sup>, «Os livros sagrados do catolicismo e o Livre Exame», distribuído entre os n.ºs 1-6. De acordo com as explicações adiantadas pelo próprio, fora redigido a pensar «imediatamente na grande massa popular, por desgraça nossa ainda demasiadamente ignorante para aceitar trabalhos de maior vulto e de mais demorado estudo» a fim de «apresentar aos leitores algumas conclusões scientificas das muitas que deitaram por terra o vasto systema monotheista que teve o seu apogeu na idade media, isto é procuraremos

---

<sup>11</sup> Cf. «A nossa missão», in n.º 0.

<sup>12</sup> Francisco José Teixeira Bastos (1856-1901) - Poeta, jornalista e ensaísta, nasceu em Lisboa, a 26/05/1857. Discípulo de Teófilo Braga, foi grande entusiasta da filosofia positivista e dedicou praticamente a vida à sua divulgação. Em 1883, publicou *Princípios de Filosofia Positiva*, espécie de resumo do *Cours de Philosophie Positive*, de Auguste Comte. Dizia-se militante da causa republicana e propagandista do socialismo. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, concorrendo para a criação do Tribunal de Árbitros Avindores. Na imprensa, foi redator de *O Século*, da *Vanguarda* e colaborador de muitos outros periódicos como *O Positivismo* (1878-1882), *A Renascença* (1878-1879), *Galeria Republicana* (1882-1883), *Revista de Estudos Livres* (1883-1886), entre outras. Foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, eleito em 5 de Novembro de 1891, sócio fundador da Associação de Imprensa Portuguesa e da Associação dos Jornalistas de Lisboa. Deixou publicada uma obra considerável, com mais de duas dezenas de títulos. Faleceu em Lisboa, a 24/05/1901.

demonstrar a traços largos como foram minados pouco a pouco os alicerces das crenças religiosas, sobretudo do catolicismo.»<sup>13</sup>

Depois dos artigos doutrinários, há uma secção de natureza mais informativa, a «Miscelânea» (a partir do n.º 2), onde se incluem: curtas “notícias” sobre a atividade realizada e agendada (conferências, reuniões da assembleia, etc.); sobre o movimento europeu do livre-pensamento, aludindo às relações existentes; além de discursos, correspondência, notícias retiradas de jornais e evocações à memória dos militantes mais dedicados, etc.

No n.º 4, anunciaram mudanças na estrutura da publicação, para corresponder ao desejo manifestado por muitos leitores, «que preferem vel-a emprenhada na critica de questões incidentes que digam respeito à classe clerical»: iam abrir «uma secção de combate», destacável, para permitir a encadernação à parte. A ideia não se concretizou, no formato anunciado. Porém, no n.º 5 pediram aos leitores e assinantes para enviarem «noticia de qualquer registo civil de nascimento, casamento ou óbito» de que tivessem conhecimento, sem esquecer de «indicar o nome das testemunhas e circumstanceas que se deram no acto do registo». A informação seria canalizada para uma nova «secção» e ia permitir «no fim do ano formular uma estatística exacta». O pedido não ficou sem resposta, pois nos últimos dois números (6 e 7), a secção «Miscelânea» foi substituída pela do «Registo Civil», onde ficaram reportados alguns atos ocorridos, em Lisboa e outros concelhos do país – a magreza dá-nos testemunho da fraca adesão à ideia, ou seja o quão difícil foi (e é) a mudança de paradigma cultural, da mentalidade e dos comportamentos individuais e coletivos. Também denunciavam “casos” de resistência e obstrução à prática do registo, protagonizados por autoridades civis e religiosas.

Além de Teixeira, já referido, o *Livre Exame* publicou artigos de vários autores, como sejam: José de Sousa<sup>14</sup> (n.º 0) – «Palavras indispensáveis» (n.º 0), «A Religião e a Família» (n.º 1- 3) e «Santa Teresa de Jesus» (n.º 4 e 7); A. Silva – «Trabalho e Ciencia» (n.º 1), «Um conto Biblico» (n.º 3), «Fé, Esperança e Caridade» (n.º 6) e «Deus astuto» (n.º 7); Eduardo d’Almeida<sup>15</sup> – «Moralidade» (n.º 1), «Os jesuítas em Barcelos» (n.º 6) e «A crença religiosa e a revolução moderna» (n.º 7); Teófilo Braga<sup>16</sup> – «Causas históricas do christianismo» (n.º 3) e «O humanismo jesuítico» (n.º 5);

---

<sup>13</sup> Cf. n.º 1, pp. 2-4.

<sup>14</sup> Não foi possível identificar este personagem, no entanto o mesmo nome aparece ligado à *Revista Estudos Livres* (1883-1886) (acessível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadeEstudosLivres/RevistadeEstudosLivres.htm>), que contou com a participação de outros redatores do *Livre Exame*. Embora pouco acrescente, em «Registo Civil» do n.º 7, dão notícia do falecimento da filha de José Pedro de Sousa que tratam como «correligionário e amigo».

<sup>15</sup> Eduardo de Almeida (1884-1958) - Foi colaborador da revista mensal de *Luz e vida : sociologia, arte e crítica* (1905), sob direção de Ângelo Jorge (acessível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/LuzeVida/LuzeVida.htm>).

<sup>16</sup> Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) - Professor, escritor erudito e ideólogo republicano. Nasceu em Ponta Delgada, a 24 de Fevereiro de 1843, e licenciou-se em Direito, na Faculdade de Coimbra (1862-67). Fez parte da designada Geração de 70, participando ativamente na contestação ao academismo e

Silva Lisboa<sup>17</sup> – «A Tolerância» (n.º 5-6); Corregedor da Fonseca – «Summula da Conferencia de José de Sousa» (n.º 5) e «A noção de divindade» (n.º 7); António Fernando da Silva – «O Erro Geocêntrico» (n.º 0); Severo Medina – «Deus é uma desilusão» (n.º 1); Reis Dâmaso<sup>18</sup> – «Deus e Diabo» (n.º 2); Lacerda e Mello – «A religião como freio» (n.º 2); Carrilho Videira<sup>19</sup> – «A moral

---

colaborando em revistas como *O Instituto* (1852-1981), *Revista de Coimbra* (1865-1866), *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1865) (disponível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistaContemporanea/Revistacontemporanea.htm>) e *A Grinalda* (1855-1869). Em Coimbra tomou contato com o positivismo, do qual foi um arauto, deixando uma vasta obra de erudição e divulgação. Participou na organização das «Conferências Democráticas do Casino Lisbonense» (1871). A partir de 1872, tornou-se professor de Literaturas Modernas, no Curso Superior de Letras. A partir da década de setenta envolveu-se com o movimento republicano, particularmente com a corrente federalista. Fundou, dirigiu e colaborou intensamente na imprensa republicana. Durante a monarquia constitucional, foi por mais de uma vez candidato a deputado. Também foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa (1887). Integrou diversas vezes o diretório do Partido Republicano Português, tendo redigido o seu programa (1891). Sob a República, foi presidente do Governo Provisório, deputado à Assembleia Constituinte, e eleito a 29 de Maio de 1915, para completar o tempo de mandato do primeiro presidente da República, Manuel de Arriaga. A sua vasta obra cobre diversas áreas, desde a poesia à ficção, história da cultura, da filosofia, à política e à historiografia crítico-literária. Deixou a sua autobiografia intelectual e de figura pública em *Quarenta Anos de Vida Literária* (1903) e *Mocidade de Teófilo* (1920). Faleceu em Lisboa, a 28 de Janeiro de 1924.

<sup>17</sup> António Policarpo da Silva Lisboa - Industrial e jornalista, nasceu em Lisboa a 5 de Dezembro de 1851, filho de uma família modesta. Depois de completar os estudos preparatórios, começou a trabalhar e muito para que se envolvesse com o movimento associativo dos trabalhadores, onde adquiriu consciência revolucionária. A partir de 1870 aproximou-se dos socialistas e fez parte da comissão iniciadora dos trabalhos para a fundação do partido. Espírito combativo, de elevado sentido de justiça e de verbo fácil e claro, rapidamente foi reconhecido como líder entre os seus camaradas. Conheceu o presidio, sob a acusação de ser um dos principais instigadores das greves dos manipuladores do tabaco. Mais tarde, aproximou-se dos republicanos e, em 1883, fez parte do Diretório do Partido Republicano, juntamente com Elias Garcia, Bernardino Pinheiro e Teófilo Braga. Foi candidato do partido pelo Porto (1887). Fundou e geriu alguns centros republicanos, como o Henriques Nogueira (1881). Pertenceu à Associação Propagadora do Livre Pensamento. Apologista do associativismo, presidiu à Associação dos Empregados do Comercio de Lisboa, à Caixa Económica Popular e ao Club Ginastico de Lisboa. Foi um dos sócios fundadores da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses (1880). Na imprensa, a sua prosa viva ressoa por periódicos como *A Republica Federal* (1869), *A Democracia* (1872-1881), *O Trinta* (1879-1881), *O Rebate* (1873-1874), *Folha do Povo* (1891-1898), *Era Nova* (1880-1881) (disponível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/EraNova/EraNova.htm>), *O Século* (1881-1883), *Galeria Republicana* (1882-1883), *Era Nova* (1882-1883), *Brasil-Portugal* (1899-1914) (disponível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/BrasilPortugal.htm>) e muitos outros. Desconhece-se a data da sua morte.

<sup>18</sup> Reis Dâmaso (1850-1895) - Jornalista e bibliotecário, nasceu em Lagos, a 2 de Dezembro de 1850. Concluiu o curso de Letras, em Lisboa, no ano de 1887. Por essa altura, já era colaborador de jornais como *Revolução de Setembro* (1840-1901), *Gazeta de Setúbal* (1869), *Igualdade* (1873), entre outros. A partir de 1883 tornou-se conservador das bibliotecas da Câmara Municipal de Lisboa. Dirigiu o *Arquivo Literário*, *Aurora Académica* (1874-1875) e a *Enciclopédia Republicana* (1882). Colaborou com muitos outros jornais e revistas de Lisboa - *Era Nova* (1880-1881) (disponível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/EraNova/EraNova.htm>), *O Pantheon : revista de ciencias e letras* (1880-1881) (disponível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OPantheon/OPantheon.htm>), *Galeria Republicana* (1882), *Revista de Estudos Livres* (1883-1886) (disponível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadeEstudosLivres/RevistadeEstudosLivres.htm>), etc. -, da província e até do estrangeiro. Literariamente, revelava uma certa afeição pelo naturalismo e a exploração das tradições populares. Publicou alguns romances, contos e dois esboços biográficos: um, sobre João de Deus e outro, sobre Teófilo Braga. Faleceu em Lisboa, a 17 de Abril de 1895.

<sup>19</sup> José Carrilho Videira (1845-1905) - Proprietário da célebre Livraria Internacional e publicista, foi um fervoroso propagandista republicano, alinhado com a ala federalista e co fortes relações com o movimento operário e socialista. Militou no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, e foi membro

religiosa» (N.º 6); Agostinho Gonçalves Ramos – «Quem dá ao Papa?» (n.º 6); Heliodoro Salgado<sup>20</sup> (1861-1906) – uma carta enviada à redacção a elogiar um discurso de Alexandre Braga sobre os jesuítas («Miscelânea» no n.º 4).

Divulgou também o pensamento de filósofos estrangeiros, nomeadamente: de Miguel de Bakounine (Mikhail Aleksandrovitch Bakunin, anarquista russo, 1814-1876) – «A Religião» (n.º 1) e «Ou Deus, ou Liberdade» (n.º 2); Victor Schoelcher (abolicionista francês, 1804-1893) – «Abraham» (n.º 4); N. Tsakny – «As seitas racionalistas na Rússia» (N.º 7); e de Ross (?) – «A missão do Livre Pensamento» (N.º 7).

Rita Correia, 6/10/2016

---

da Fraternidade Operária. Na imprensa, fundou os jornais *O Rebate* (1873-1874), *República* (1875), e *A Vanguarda* (1880-1881); foi editor do *Almanaque Republicano* (1875-1887), *Biblioteca Republicana Democrática*, *Biblioteca das Ideias Modernas* e da *Biblioteca Historico-Científica*, e de muitas obras de teor científico e político. Também foi colaborador de *O Pensamento Social* (1872-1873) e *Revista de Estudos Livres* (1883-1886) (disponível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadeEstudosLivres/RevistadeEstudosLivres.htm>). Co-autor, com Teixeira Bastos, do *Catecismo Republicano para Uso do Povo* e autor de *Liberdade de Consciência e o Juramento Católico*. Em 1886 emigrou para o Brasil, onde faleceu.

<sup>20</sup> Heliodoro Salgado (1861-1906) - professor e jornalista, nasceu em São Martinho de Bougado, perto do Porto, a 8 de Julho de 1861. Ideologicamente, era simpatizante do anarquismo e foi militante do Partido dos Operários Socialista, mas acabou por se aproximar do campo republicano, prestando um valioso contributo como propagandista do partido republicano, sobretudo junto das classes trabalhadoras. Também foi um anticlericalista convicto e ativista da causa do registo civil e do livre pensamento: presidiu à assembleia geral da associação Propagadora do Registo Civil. Nas eleições de 1890, foi candidato pelo Porto a deputado do Partido Republicano; presidiu ao Centro Republicano Pátria (1898) e esteve ligado a muitos outros, também foi suplente da comissão Municipal Republicana de Lisboa. A sua presença na imprensa, que acompanha o seu percurso político, distribui-se por dezenas de periódicos, socialistas, operários e republicanos: estreou-se no jornal socialista *O Operário* (1879), do Porto; colaborou n' *O defensor do povo* (1892), *O protesto do norte* (1893), *A Obra* (1891); dirigiu *Batalha* (1896), *O Alarime* (1904) e *O Despertar*, e integrou a redacção d' *O Século*, ao tempo de Magalhães Lima; no final dos anos 80, fixou residência em Lisboa, onde permaneceu até 1904, fez parte redacção d' *A Vanguarda*, e também colaborou com *Folha do Povo*, *O Mundo*, *A Luta* e muitos outros. Faleceu em Lisboa, a 12 de Outubro de 1906. Sugerimos a leitura da biografia redigida por António Ventura, na obra *Anarquistas, Republicanos e Socialista*, pp. 193-205.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa-Rio de Janeiro : Editorial Enciclopédia, Lda., [s.d.].

CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal : da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. Vol 1. Coimbra : Faculdade de Letras, 1991.

CATROGA, Fernando – «O Livre-Pensamento Contra a Igreja». *In Revista de História das Ideias*, vol. 22 (2001), pp. 255-354.

FONSECA, Carlos da – *A origem da 1.<sup>a</sup> Internacional em Lisboa*. Lisboa : Editorial Estampa, 1973.

VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa : Edições Cosmos, 2000.